



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CONDADO - PE - C.G.C/MF - 10.150.068/0001-00

*para
recomendar
o art. 4º*

LEI Nº 704/98

LIDO NO EXPEDIENTE

em 04 / 08 / 98


PRESIDENTE

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1999 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CONDADO, ESTADO DE PERNAMBUCO, usando das atribuições que lhe são concedidas pela Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias gerais para elaboração do orçamento deste município, relativo ao exercício de 1999.

Art. 2º - No projeto de lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços e as variáveis respectivas vigentes em junho de 1998.

Art. 3º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.





PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO
PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CONDADO - PE - C.G.C/MF - 10.150.068/0001-00

DAS DIRETRIZES COMUNS

Art. 4º - VETADO

Art. 5º - Para efeito do disposto no artigo 169, Parágrafo único da Constituição da República, fica estabelecido que:

I - as despesas com pessoal e encargos sociais não terão aumento superior à variação do índice de incremento da receita arrecadada em 1998, respeitando o limite estabelecido no artigo 38 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República e o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Pernambuco;

II - os cargos ou empregos públicos, cuja vacância ocorra no exercício de 1999, poderão ser preenchidos na forma da Lei;

III - para o efeito do cálculo do disposto no Inciso I deste artigo, não serão computados os gastos com inativos e pensionistas e

IV - acompanhará também a mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, quadro demonstrativo, resumindo as despesas por sua natureza.

Art. 6º - As despesas com custeio administrativo e operacional não poderão ter aumento superior a variação do índice de inflação em relação aos critérios correspondentes no orçamento de 1998, salvo no caso de comprovada insuficiência da expansão patrimonial, incremento de serviços prestados à comunidade ou novas atribuições recebidas no exercício de 1998 ou no decorrer de 1999.

Parágrafo Único - Para efeito do cálculo excluem-se do disposto neste artigo as despesas indicadas no artigos 5º desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo terá até o dia 30 de setembro de 1998 para enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária.

Art. 8º - No Projeto de lei Orçamentária, a estimativa das receitas poderá considerar os efeitos das modificações previstas no artigo anterior.

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º - Na Lei Orçamentária anual, a discriminação da despesas far-se-á por categorias econômicas de programação, indicando-se, pelo menos, para cada uma, no seu nível, a natureza da despesas do seguinte modo:

DESPESAS CORENTES

Pessoal e Encargos Sócios
Juros e Encargos da Dívida
Outros Despesas de Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital





PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

O POVO NO PODER

PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CONDADO - PE - C.G.C/MF - 10.150.068/0001-00

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos da natureza da despesa conforme definir a Lei Orçamentária.

§ 2º - As receitas e as despesas do orçamento serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou superávit corrente e o total do orçamento.

§ 3º - A Lei Orçamentária - incluirá, entre outros os seguintes demonstrativos:

I - das receitas do orçamento que obedecerá ao previsto no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 4.320 de 17.03.64;

II - da natureza da despesas, por cada órgão;

III - da despesa por funções, programas, sub-programas, a nível de projetos e atividades e

IV - dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a comprovar as disposições do artigos 212 da Constituição da República.

Art. 10º - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentado com forma e com o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

Art. 11º - O Poder Legislativo Municipal encaminhará sua proposta, para incorporação ao orçamento do município, até o dia 31 de julho de 1998.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CONDADO - PE - C.G.C/MF - 10.150.068/0001-00

Art. 12º - Os Créditos Adicionais terão a forma, o nível de destacamento, os demonstrativos e as informações, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 13º - A prestação de contas anual do município incluirá relatório da execução com forma e detalhes apresentados na Lei Orçamentária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º - Se o projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término do último período legislativo de 1998, a Câmara Municipal será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo presidente, na forma estabelecida pela Lei Orgânica Municipal, até que o projeto seja submetido à votação.

Parágrafo Único - Se até o dia 31 de dezembro de 1998 o projeto de Lei orçamentária não for votado o prefeito poderá executar sua programação obedecendo o limite dos duodécimos orçamentários.

Art. 15º - Apresente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 17 de julho de 1998

Paulo Ramos de Menezes Filho
PAULO RAMOS DE MENEZES FILHO
- Prefeito -